SENADO

Plenário aprova texto final da PEC do Teto sem alterações

Matéria que limita gastos públicos por 20 anos deve ser promulgada amanhã

O plenário do Senado aprovou o texto final da Proposta de Emenda à Constituição 55/2016, que institui o teto de gastos públicos para os próximos 20 anos. O texto base da PEC já tinha sido aprovado mais cedo, mas dois trechos da proposta tinham sido destacados para serem votados separadamente, numa tentativa da oposição de modificar o texto.

O primeiro destaque tratava da limitação de despesas obrigatórias, em particular o salário mínimo. A oposição queria retirar um trecho do texto que falava na despesa com o mínimo, de modo que ele não fosse afetado pelos limites orçamentários impostos pela PEC. Por 52 votos a favor e 20 contra os senadores optaram por manter o texto original e não retirar o trecho proposto.

O segundo destaque tentava modificar a proposta para garantir um limite mínimo de gastos com saúde e educação, mas também foi rejeitado por 52 votos contrários e 19 favoráveis à modificação do texto. Após a votação dos destaques, o presidente Renan Calheiros ofereceu a redação final, que foi aprovada por votação simbólica, conforme previsão regimental.

O governo conseguiu aprovar a PEC do teto do Senado e agora a matéria vai à promulgação amanhã. Entretanto, dez senadores da base deixaram de participar da votação, além do senador Dário Berger (PMDB-SC), que mudou de voto.

O grupo de faltosos é composto por senadores próximos ao governo, como a senadora Rose de Freitas (PMDB-ES), que foi líder do governo, além de outros nomes fortes no PMDB, como Jader Barbalho (PA) e João Alberto Souza (MA) - que é presidente do Conselho de Ética do Senado e aliado do ex-presidente José Sarney.

O prefeito eleito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella (PRB), também não participou da votação. Assim como Fernando Collor (PTC-AL), Davi Alcolumbre (DEM-AP), Virginio de Carvalho (PSC-SE), Wilder Morais (PP-GO) e Zeze Perrella (PTB-MG). Todos haviam participado da votação anterior.

O senador Romário (PSB-RJ), que é da base do governo, faltou aos dois turnos de votação da PEC do Teto. O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), que é de oposição, chegou atrasado e não votou. Ainda assim, a oposição abriu dois votos em relação ao primeiro turno: o voto do senador Roberto Requião (PMDB-PR), declaradamente contra a PEC, mas que não havia votado da primeira vez, e do senador Dário Berger, que é do PMDB, o que configuraria uma traição à base.

A PEC foi aprovada com quórum de 70 senadores. Foram 53 votos a favor e 16 contra, fora o presidente Renan Calheiros (PMDB-AL), que não vota. Entre o momento de abertura do painel de votação e o resultado da votação, Renan tentou manter a sessão em continuidade para conseguir quórum no plenário, onde havia pouco mais de 50 senadores, grande parte de oposição.

Mais cedo, o senador Ronaldo Caiado (DEM-GO), que é da base do governo, insinuou que a renúncia de Michel Temer poderia ser a solução para a crise institucional. Entretanto, ele votou a favor da PEC.

Os 16 senadores que votaram contra a PEC do teto foram Ângela Portela (PT-RR), Dário Berger (PMDB-SC), Fátima Bezerra (PT-RN), Gleisi Hoffmann (PT-PR), Humberto Costa (PT-PE), João Capiberibe (PSB-AP), Jorge Viana (PT-AC), José Pimentel (PT-CE), Kátia Abreu (PMDB-TO), Lídice da Mata (PSB-BA), Lindbergh Farias (PT-RJ), Paulo Paim (PT-RS), Paulo Rocha (PT-PA), Regina Sousa (PT-PI), Roberto Requião (PMDB-PR) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

A PEC vai limitar o crescimento das despesas do governo. A equipe econômica encaminhou a medida para tentar reequilibrar as contas públicas nos próximos anos e impedir que a dívida do setor público, que atingiu 70% do Produto Interno Bruto (PIB) em agosto, aumente ainda mais.

A regra vale tanto para gastos do Executivo quanto para despesas do Senado, Câmara, Tribunal de Contas da União, Ministério Público da União (MPU), Conselho do MPU, Defensoria Pública, Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Conselho Nacional de Justiça e justiças do Trabalho, Federal, Militar, Eleitoral e do Distrito Federal e Territórios.

Segundo a medida, o governo, assim como as outras esferas, poderá gastar o mesmo valor que foi gasto no ano anterior, corrigido apenas pela inflação. A inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), é a desvalorização do dinheiro, ou seja, quanto ele perde de poder de compra num determinado período. Apenas para 2017 o limite orçamentário das despesas primárias – aquelas que excluem o pagamento de juros da dívida – será o total gasto em 2016 corrigido por 7,2%. De 2018 em diante, o limite será o do ano anterior corrigido pela variação do IPCA de 12 meses do período encerrado em junho do ano anterior. No caso de 2018, por exemplo, a inflação usada será a colhida entre julho de 2016 e junho de 2017.

O texto limita por 20 anos os gastos federais ao Orçamento do ano anterior corrigido pelo IPCA. O presidente da República pode propor um projeto de lei complementar para alterar, a partir do décimo ano de vigência do novo regime fiscal, o método de correção dos limites de cada grupo de órgão ou poder. O texto permite apenas uma alteração do método de correção por mandato presidencial.

Caso o limite de crescimento de gastos seja descumprido, Poderes ou órgãos a eles vinculados ficarão impedidos no exercício seguinte de: reajustar salários, contratar pessoal, fazer concursos públicos (exceto para reposição de vacância) e criar novas despesas até que os gastos retornem ao limite previsto pela PEC.

No caso do Poder Executivo, a extrapolação de seu limite global provocará a proibição adicional de criar ou expandir programas e linhas de financiamento ou o perdão, renegociação ou refinanciamento de dívidas que causem ampliação de despesas com subsídios e subvenções. Além disso, o governo também não poderá conceder ou ampliar incentivo ou benefício de natureza tributária.

Ficarão fora dos limites, entre outros casos, as transferências constitucionais a estados e municípios, os créditos extraordinários para calamidade pública, as despesas para realização de eleições e os gastos com aumento de capital das chamadas empresas estatais não dependentes.

Outra possibilidade de exclusão do teto é o uso de recursos excedentes ao resultado primário de cada ano no pagamento de restos a pagar registrados até 31 de dezembro de 2015. Assim, mesmo com a previsão de um déficit, como o projetado para 2017, de cerca de R$ 139 bilhões, se ele for menor, a diferença poderá ser usada para quitar esses restos a pagar sem entrar no limite do regime fiscal.

Diferentemente de outras áreas, saúde e educação tiveram o limite traçado pelo mínimo a ser gasto e não o máximo das despesas. Em 2017, haverá exceção para as áreas de saúde e educação, que somente passarão a obedecer ao limite a partir de 2018, segundo o governo. Pelo texto, o piso para os dois setores passa a obedecer ao limite de despesas ligado à inflação a partir de 2018. Atualmente, a Constituição especifica um percentual mínimo da arrecadação da União que deve ser destinado para esses setores.

Em 2017, o parecer prevê, no caso da saúde, percentual de 15% da receita líquida, que, segundo a Emenda Constitucional 86, só valeria em 2020. No caso da educação, o piso constitucional foi mantido em 18% da arrecadação de impostos. De 2018 em diante, o valor executado no ano anterior será corrigido pelo IPCA até 2036.

No relatório apresentado à comissão especial que analisou a PEC na Câmara, o deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS) afirmou em seu parecer que a proposta prevê que o salário mínimo, referência para mais de 48 milhões de pessoas, deixará de ter aumento real, aquele acima da inflação se o governo ultrapassar o limite de despesas, ou seja, gastar mais do que o fixado na lei.

O diretor da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara, Ricardo Volpe, disse que, pela PEC, Judiciário e Legislativo têm "gordura para queimar" e estão em situação confortável, inclusive para promoverem novas contratações por concurso público. A exceção seriam os "mais gastadores", como a Justiça do Trabalho. Já o Executivo ficaria dependendo de outras medidas de ajuste fiscal para se manter com a atual estrutura.

COMEMORAÇÃO –

Michel Temer destaca 'vitória extraordinária' em aprovação

O presidente Michel Temer disse ontem que a votação do segundo turno da PEC do teto dos gastos no Senado completa um ciclo "que visa retirar o país da recessão" e fez questão de esclarecer que o placar menor neste segundo turno não representa derrota, nem perda de apoio do governo.

"Quero esclarecer que a votação foi menor do que a primeira, mas se deve ao fato de o presidente Renan ter antecipado a votação e muitos senadores não terem chegado", disse Temer, em evento no Palácio do Planalto, ressaltando que ele mesmo havia falado com vários parlamentares. "Eu mesmo falei com vários que só chegaram agora", afirmou.

Temer destacou que o resultado obtido no Senado foi "uma vitória extraordinária", ressaltou que essa matéria jamais foi tentada por outro governante desde a Constituição de 1988 e que seu governo está sendo marcado por "coragem". "É preciso coragem para governar e coragem nós temos", reforçou.

O governo conseguiu aprovar a PEC do teto do Senado e agora a matéria vai à promulgação amanhã. Entretanto, dez senadores da base deixaram de participar da votação, além do senador Dário Berger (PMDB-SC), que mudou de voto. Com isso o placar foi de por 53 votos a 16. No primeiro turno, o tema foi aprovado por 61 a 14. "O número de 61 do governo não mudou por apoio ou não do governo; mas pela ausência dos senadores", reforçou.

Temer disse ainda que hoje no Brasil se não tiver coragem não consegue governar e destacou que sua coragem também pode ser verificada ao enviar a PEC da reforma da Previdência. Segundo o presidente, sem a coragem para mexer nos gastos púbicos e na Previdência ele "poderia deixar para os outros, em 2018, cuidar de um país todo atrapalhado", mas que não faz isso "por amor" ao Brasil.

Ele repetiu que o país precisa sair da recessão, "sequencialmente conseguir crescimento e combater o desemprego" e só então destacou o evento em si, que foi o lançamento do Programa de Renovação da Frota de Ônibus do Sistema de Transporte Público do Brasil, o Refrota 17. "São R$ 3 bilhões para o programa e isso vai movimentar a economia e gerar emprego, além de modernizar a frota."

O presidente está em busca de agendas positivas e quer mostrar que o governo está trabalhando, mesmo após o envolvimento da cúpula nas delações da Odebrecht. No evento preparado ontem no Salão Leste do Planalto, o espaço reservado tinha cadeiras para 42 pessoas e mesmo assim não estava lotado.

Presente na cerimônia, o ministro das Cidades, Bruno Araújo, anunciou que a meta do Refrota 17 é financiar 10 mil ônibus, com investimento total de R$ 3 bilhões do Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana (Pró-Transporte). O programa financiará projetos com recursos do FGTS.

Em seu discurso, o ministro destacou que está atendendo uma recomendação do presidente neste "momento de crise profunda" e que o país "procura de forma unida" sair dessa situação com ações que gerem emprego.

Segundo a Associação Nacional de Transportes Urbanos, a frota nacional de ônibus do sistema coletivo soma 107 mil unidades, de mais de 1.800 empresas, para transportar 30 milhões de passageiros. O ministério das Cidades destacou que o segmento gera 537 mil empregos diretos.

CEDAE

GOVERNO DO Rio de Janeiro
PERTO DE VOCÊ

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

AVISO

Modalidade de Licitação: CN Nº 001/2016-ASL-1.1

Objeto: "SERVIÇOS CONTÍNUOS DE APOIO, REPARO, COMPLEMENTOS E MANUTENÇÃO DOS RAMAIS, LIGAÇÕES PREDIAIS, REDES E ELEVATÓRIAS NOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTOS DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO, INCLUSIVE REPOSIÇÃO DE PAVIMENTO NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA DIRETORIA DO INTERIOR – LOTES I E II".

A Assessoria de Licitações comunica que encontra-se à disposição dos interessados, no site www.cedae.com.br/licitacao, a ERRATA Nº 1 ao edital, e que a licitação em referência que se encontrava adiada sine die, será realizada no dia 16/01/2017 às 11:00 horas, no mesmo local anteriormente divulgado.

CEDAE

GOVERNO DO Rio de Janeiro
PERTO DE VOCÊ

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

AVISO

Modalidade de Licitação: CN Nº 002/2016-ASL-1.1

Objeto: "SERVIÇOS CONTÍNUOS DE APOIO A MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DAS GERÊNCIAS REGIONAIS NA ÁREA DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO DIVIDIDOS EM 06 (SEIS) LOTES".

A Assessoria de Licitações comunica que encontra-se à disposição dos interessados, no site www.cedae.com.br/licitacao, a ERRATA Nº 1 ao edital, e que a licitação em referência que se encontrava adiada sine die, será realizada no dia 17/01/2017 às 11:00 horas, no mesmo local anteriormente divulgado.

FINK MARÍTIMA PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF 06.191.849/0001-76 - NIRE 33.3.0030592-1
Aviso de Extravio de Livro Societário. Fink Marítima Participações S.A., sociedade anônima, com sede e foro na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Estrada dos Bandeirantes nº 2856 (parte), Jacarepaguá, CEP 22.775-110, com registro na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE 33.3.0030592-1 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.191.849/0001-76, comunica para os devidos fins o extravio de seu Livro de Registro de Atas de Reunião do Conselho de Administração nº 01, Livro de Atas das Assembleias Gerais nº 01, Livro de Presença dos Acionistas nº 01, Livro de Registro de Ações Nominativas nº 01, Livro de Transferência de Ações Nominativas nº 01 e o Livro de Presença dos Acionistas nº 01.

DENÚNCIA

Empreiteira doou R$ 800 mil a Renan e recebeu R$ 200 mi

Na denúncia apresentada ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra o presidente do Congresso Renan Calheiros (PMDB) o procurador-geral da República Rodrigo Janot aponta que a empreiteira Serveng, acusada de pagar propina de R$ 800 mil ao peemedebista via doações oficiais em 2010, nunca tinha auxiliado o PMDB antes do acerto com a Diretoria de Abastecimento da Petrobras envolvendo o suposto repasse de propinas a políticos peemedebistas. Após este acerto, os valores recebidos pela empresa da estatal subiram mais de 380%.

"Apenas no ano de participação na primeira licitação e de assinatura do primeiro contrato de vultos começaram a ocorrer doações dessa pessoa jurídica ao Partido revelando elementos iniciais que confirmam os depoimentos de que as "doações oficiais' eram propina paga dissimuladamente", assinala o procurador-geral da República na denúncia de 65 páginas.

A partir de delações premiadas, inclusive do próprio ex-diretor de Abastecimento Paulo Roberto Costa, levantamentos das movimentações financeiras dos envolvidos e análises dos contratos da Serveng na Petrobras, a Procuradoria-Geral da República destaca a coincidência entre os acertos da Serveng com políticos e o aumento exponencial dos contratos da empresa com a Petrobras.

Segundo levantamento feito pela Procuradoria-Geral da República, de 2003 a 2009, em sete anos, foram registrados pagamentos líquidos da Petrobras às empresas do grupo Serveng no total de aproximadamente R$ 51 milhões. De 2010, ano da primeira doação da Serveng ao PMDB, até 2014, os valores subiram para aproximadamente R$ 197 milhões.

"Apenas em 2010 a empresa obteve em consórcio o contrato da Refinaria Premium I (no Maranhão), no total bruto devido para si de R$ 236.999.659,29, e em outro consórcio o contrato para a construção de unidade de tratamento para operações da Refinaria Duque de Caxias (no Rio), no total bruto devido para si de R$ 108.551.097,22. "Até então, o maior contrato da Petrobras com a Serveng era de aproximadamente R$ 25 milhões", segue a denúncia.

As investigações apontaram que a empresa passou a ser convidada para mais licitações da diretoria de Paulo Roberto Costa após um executivo da Serveng acertar o suposto repasse de propinas por meio de doações eleitorais ao PMDB.

Na denúncia, Janot cita doações ao diretório nacional do PMDB que totalizaram R$ 800 mil e, posteriormente, foram repassadas ao comitê do partido em Alagoas que abasteceu a campanha de Renan ao Senado, em 2010.

Para a Procuradoria-Geral, os fatos levantados são mais do que mera "coincidência". "A assinatura da primeira autorização de serviço e a primeira doação da Serveng ao Diretório Nacional do PMDB serem no mesmo dia corroboram todo o esquema criminoso, deixando de ser mera coincidência de datas."

Além destas transações que envolvem Renan, o Ministério Público Federal apontou que, desde 2010, quando começou a fazer doações ao PMDB, a Serveng fez doações oficiais que totalizaram R$ 6 milhões ao Diretório Nacional da sigla e a candidatos do partido

Apesar de ser indicação do PP para o cargo, Paulo Roberto Costa passou a contar também a partir de 2006 com o apoio do PMDB no Senado para se manter na Diretoria de Abastecimento. Na época, ele havia ficado um tempo afastado da estatal após pegar malária e pneumonia em uma viagem que fez à Índia.

"Fiquei lá no morreu ou não morre. (Três gerentes) fizeram 'N' contatos políticos, porque tinham grande ideia que eu não ia voltar", contou. "Nesse meio tempo, o PMDB do Senado resolveu me apoiar. Tem PMDB do Senado e tem PMDB da Câmara. Não são o mesmo PMDB", relatou o ex-diretor em sua delação, corroborada com os relatos de outros delatores.

A assessoria da Serveng se pronunciou sobre o assunto. "Apesar de não ter tido ainda acesso ao conteúdo da denúncia oferecida pela Procuradoria Geral da República, a Serveng Civilsan recebe com surpresa e indignação as notícias dando conta que um de seus funcionários foi também denunciado. Ao longo de toda a investigação a empresa esteve à disposição das autoridades tendo inclusive prestado detalhado depoimento".

"A alegação de que a Serveng Civilsan fez doações eleitorais com o fim de 'participar de licitações mais vultosas na Petrobras' não faz qualquer sentido e sua inveracidade será provada na primeira oportunidade que nossa defesa tiver para se manifestar nos autos."

A assessoria da presidência do Senado e também foi consultada pela reportagem e respondeu. "O senador Renan Calheiros jamais autorizou ou consentiu que o deputado Aníbal Gomes ou qualquer outra pessoa falasse em seu nome em qualquer circunstância. O senador reitera que suas contas eleitorais já foram aprovadas e está tranquilo para esclarecer esse e outros pontos da investigação".